**MEDIDA CAUTELAR NA RECLAMAÇÃO 15.940 SERGIPE**

| | |
|---|---|
| **RELATOR** | **: MIN. CELSO DE MELLO** |
| **RECLTE.(S)** | : UNIÃO |
| **PROC.(A/S)(ES)** | : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO |
| **RECLDO.(A/S)** | : JUIZ FEDERAL DA 5ª VARA FEDERAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE SERGIPE |
| **ADV.(A/S)** | : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS |
| **INTDO.(A/S)** | : GILTON BATISTA BRITO |
| **ADV.(A/S)** | : GILTON BATISTA BRITO |

**DECISÃO: Trata-se** de reclamação, com pedido de medida liminar, **ajuizada** contra decisão que, **emanada** do Juízo da 5ª Vara do Juizado Especial Federal de Sergipe, **está**, em síntese, **assim fundamentada**:

> *"**A preliminar de incompetência do juízo não se sustenta**, pois nesta demanda não se procura discutir se todos os Magistrados Federais têm direito ao recebimento de ajuda de custo decorrente de remoções ocorridas em interstícios inferiores a dois anos, mas apenas objetiva o pagamento ao autor de verba indenizatória pretérita.*
>
> ***Além disso**, a ação originária mencionada pela ré ataca o ato administrativo normativo em si que impôs tal limitação, diversamente desta demanda, em que o autor apenas pretende receber aquilo que entende lhe ser devido.*
>
> ***Assim**, a sentença a ser proferida nesta ação terá efeitos apenas condenatórios e 'ex tunc', pois sua eficácia atingirá fatos passados e individuais, de modo diverso da decisão a ser proferida nos autos da citada ação civil originária pelo STF, que terá efeitos constitutivos e 'ex nunc', já que imporá, se for o caso, a nulidade da resolução do CJF que limita no tempo o pagamento da verba.*
>
> ***Não fosse somente isso**, a matéria de fato aqui discutida não diz respeito à toda a magistratura, pois há juízes que em nenhuma hipótese receberão tal verba quer de dois em dois anos, quer em prazo menor, como há, por exemplo, na própria Seção Judiciária de Sergipe, em que pelo menos os 5 (cinco) titulares das Varas da capital têm lotação em tal localidade há muito mais de dois anos, alguns deles há mais de vinte.*

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 4092212.

***Por último**, eo STF já se pronunciou em definitivo sobre a questão da competência originária daquela Corte em relação ao 'interesse de toda a magistratura' em matéria semelhante a aqui debatida e dela está excluída uma causa como esta em discussão, que diz respeito apenas a mera questão de cobrança de um Magistrado de verbas indenizatórias em face da União.*

***Confira-se a ementa da decisão adotada na Questão de Ordem na Ação Originária n.° 587**:*

> *'**MAGISTRATURA. REVISÃO VENCIMENTOS. AUXÍLIO-MORADIA. ISONOMIA. OBSERVÂNCIA. QUESTÃO DE ORDEM. COMPETÊNCIA. ART. 102, I, 'N', DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. NÃO INCIDÊNCIA. REMESSA DOS AUTOS AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS.***
>
> ***1. Magistratura**. Revisão de vencimentos para equiparação de benefícios. Auxílio-Moradia. Inclusão.*
>
> ***2. Questão de Ordem**. Competência para processar e julgar originariamente 'a ação em que todos os membros da magistratura sejam direta ou indiretamente interessados'. Art. 102, I, n, da Constituição Federal.*
>
> ***3. Regra explícita de conformação entre os princípios constitucionais do juízo natural e da imparcialidade**. Indispensável garantia de imparcialidade do julgador da causa e, conseqüentemente, de lisura da decisão judicial a ser proferida.*
>
> ***4. Requisitos para competência originária do Supremo Tribunal Federal**. O interesse direto ou indireto deverá ser efetivo e para a totalidade da magistratura. Situação específica não demonstrada na hipótese dos autos.*
>
> ***5. Questão de ordem provida para reconhecer a incompetência desta Corte e devolução dos autos ao Juízo de origem**'.*
>
> *(STF, Tribunal Pleno, **AO n.° 587**, rela. Min. Ellen Gracie, decisão de 06/04/2006, unânime e sem grifos no original)*

*….....*



Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 4092212.

***Sobre o mérito**, o fundamento da negativa de pagamento seria a proibição da percepção de tal verba por Magistrado mais de uma vez em períodos inferiores a dois anos. No caso, como o autor havia sido removido da Subseção Judiciária de Garanhuns, Estado de Pernambuco, em 01/08/2011, para a Subseção Judiciária de Arapiraca e, naquela oportunidade, havia recebido a dita verba, ela não lhe poderia ser paga em razão da remoção mencionada anteriormente.*

***Ocorre que a negativa de pagamento é ilegal**, pois a legislação de regência não ampara a restrição imposta pela Administração para tanto.*

***O direito do Magistrado à percepção da denominada ajuda de custo está previsto no art. 65**, inciso I, da Lei Complementar — LC n.° 35/79 — Lei Orgânica da Magistratura Nacional — LOMAN, e deve ser exercido nos limites da lei ('Art. 65 – Além dos vencimentos, poderão ser outorgadas aos magistrados, nos termos da lei, as seguintes vantagens: I - ajuda de custo, para despesas de transporte e mudança; II — (...)'.*

***Como não há lei específica que discipline as verbas indenizatórias devidas à Magistratura Nacional**, o art. 52 da Lei n.° 5.010/66 determina que 'aos Juízes e servidores da Justiça Federal aplicam-se, no que couber, as disposições do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União'.*

***Assim**, até que se edite a legislação especial disciplinadora das verbas devidas aos membros do Poder Judiciário nacional, aos Magistrados Federais serão devidas todas aquelas atribuídas aos servidores públicos civis da União, suas autarquias e fundações públicas, pois a disposição da Lei n.° 5.010/66 é plenamente compatível com o Estatuto da Magistratura previsto na CF/88 e com a própria LOMAN, motivo pelo qual aquela norma foi totalmente recepcionada pela ordem constitucional vigente.*

***A verba indenizatória denominada ajuda de custo está disciplinada no art. 51**, **inciso I**, e do art. 52 ao 57, da Lei n.° 8.112/90 e suas alterações, nos seguintes termos:*

*….....*

***Nos termos da legislação de regência**, os valores e as condições para, pagamento da verba seriam objetos de regulamento.*



Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 4092212.

***Ocorre que**, como é de conhecimento mais do que amplo, o poder regulamentar da administração brasileira é limitado pela própria lei que se pretende explicitar, por dever de submissão ao princípio da legalidade estrita; e o ato regulamentar não pode ir além das balizas da norma de regência, tampouco inovar a ordem jurídica, pois somente o parlamento isso pode fazer, observando o devido processo legislativo previsto na CF/88.*

***Em suma**, o regulamento não pode ir além da lei e criar condições, limites ou proibições que ela mesma não previu, sob pena de usurpação da competência do Congresso Nacional. Ele deve se restringir a disciplinar a aplicação da lei no seu âmbito de competências administrativas, homogeneizando o processo administrativo relativo aos pedidos formulados pelos interessados, especialmente os prazos e a forma da instrução deles, nunca impondo novas condicionantes não previstas expressamente na lei de regência.*

*….....*

***No caso**, não há na Lei n. 8.112/90 nenhuma alusão à periodicidade do pagamento da ajuda de custo, tampouco nenhum limitador temporal específico para o seu pagamento. E, por isso, toda e qualquer proibição neste sentido ultrapassa os limites da legalidade, pois ao se estabelecer uma tal hipótese de proibição, a norma regulamentadora desbordaria dos seus limites.*

***Se a lei quisesse estabelecer outras limitações para o pagamento da dita verba além daquelas nela mesma prevista**, teria feito ela mesma. E, se não o fez, qualquer outra que a Administração estipule é ilegal e não deve prevalecer.*

***Assim**, os únicos limites 'legitimamente' impostos pela norma não alcançam a situação de fato do autor, pois:*

*….....*

***Assim**, a negativa de pagamento é ilegal e a União deve ser condenada a pagar ao autor a ajuda de custo, nela incluída a verba indenizatória denominada indenização de transporte.*

*….....*

***Por último**, como a verba aqui cobrada é indenizatória, sobre ela não podem incidir nem contribuição para o RPPS, tampouco imposto de renda.*



Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 4092212.

> ***Amparado em tais razões:***
>
> > ***a)*** *rejeito a preliminar suscitada pela ré;*
> >
> > ***b)*** *reconheço o direito do autor ao pagamento dos valores relativos à ajuda de custo e indenização de transporte que lhe são devidos em decorrência de sua remoção da 8ª Vara da Seção Judiciária de Alagoas (Subseção Judiciária de Arapiraca) para a 7ª Vara Federal da Seção Judiciária de Sergipe (Subseção Judiciária de Estância); (…).*" (**grifei**)

A parte ora reclamante **alega** que a autoridade judiciária em questão **teria** incidido em comportamento **usurpador** da competência desta Suprema Corte, "*(…) dado o interesse de todos os membros da magistratura (…)*".

**Passo a apreciar**, *preliminarmente*, **a admissibilidade**, *ou não*, **no caso ora em exame**, da utilização do instrumento reclamatório.

**A reclamação**, *qualquer que seja a natureza que se lhe atribua* – **ação** (PONTES DE MIRANDA, "**Comentários ao Código de Processo Civil**", tomo V/384, Forense), **recurso ou sucedâneo recursal** (MOACYR AMARAL SANTOS, **RTJ** 56/546-548; ALCIDES DE MENDONÇA LIMA, "**O Poder Judiciário e a Nova Constituição**", p. 80, l989, Aide), **remédio incomum** (OROSIMBO NONATO, "*apud*" Cordeiro de Mello, "**O Processo no Supremo Tribunal Federal**", vol. 1/280), **incidente processual** (MONIZ DE ARAGÃO, "**A Correição Parcial**", p. 110, 1969), **medida de direito processual constitucional** (JOSÉ FREDERICO MARQUES, "**Manual de Direito Processual Civil**", vol. 3º, 2ª parte, p. 199, item n. 653, 9ª ed., l987, Saraiva) **ou medida processual de caráter excepcional** (**RTJ 112/518-522**, Rel. Min. DJACI FALCÃO) –, **configura instrumento de extração constitucional**, *não obstante a origem pretoriana de sua criação* (**RTJ** 112/504), **destinado a viabilizar**, na concretização de sua **dupla** função de ordem político-jurídica, **a preservação da competência** do Supremo Tribunal Federal, *de um lado*, **e a**



Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 4092212.

**garantia** da autoridade de suas decisões, *de outro* (**CF**, art. 102, I, "**l**"), **consoante tem enfatizado** a jurisprudência desta Corte Suprema (**RTJ 134/1033**, Rel. Min. CELSO DE MELLO, *v.g.*).

**No caso presente**, a discussão da matéria **situa-se**, *precisamente*, **no plano** da preservação da competência do Supremo Tribunal Federal.

**Tenho para mim** que o exame da postulação deduzida nesta sede processual **não permite** que se vislumbre, **na espécie dos autos**, a configuração de situação legitimadora da utilização da via reclamatória, **pois** o ato ora impugnado **não se subsume** à hipótese referida no art. 102, I, "**l**", da Constituição (**usurpação** de competência do Supremo Tribunal Federal) e que, *caso ocorrente*, **justificaria** a instauração do juízo reclamatório (**RTJ 166/785**, Rel. Min. CELSO DE MELLO).

**Impende registrar,** *por necessário*, que a regra **inscrita** no art. 102, I, "**n**", da Constituição, **para viabilizar** o reconhecimento da competência originária desta Suprema Corte, **impõe que se configure**, *em cada caso ocorrente*, **além da existência** de interesse, direto **ou** indireto, de "*(...)* ***todos os membros*** *da magistratura (...)*", **também** *o caráter exclusivo do direito por eles vindicado*.

**É que**, *como se sabe*, **a jurisprudência** que esta Corte **firmou** em tema de aplicabilidade da regra de competência **consubstanciada** no art. 102, I, "**n**", *primeira parte*, da Constituição Federal **supõe**, *para incidir*, **a existência** *de interesse exclusivo* da magistratura.

**Desse modo**, ao fixar o sentido **e** o alcance da regra constitucional inscrita no art. 102, I, "**n**", da Carta Política, esta Suprema Corte **delimitou-lhe**, *em sucessivos pronunciamentos*, **o âmbito** de sua incidência **e** aplicabilidade, **ressaltando** *que falecerá competência originária* ao Supremo Tribunal Federal, **sempre** que o objeto da causa **não envolver** direitos, interesses **ou** vantagens que digam respeito, *unicamente*, à própria



Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 4092212.

Magistratura (**RTJ 128/475**, Rel. Min. OCTAVIO GALLOTTI – **RTJ 138/3**, Rel. Min. CARLOS VELLOSO – **RTJ 138/11**, Rel. Min. CARLOS VELLOSO – **RTJ 144/349**, Rel. Min. MOREIRA ALVES – **RTJ 147/179**, Rel. p/ o acórdão Min. ILMAR GALVÃO – **RTJ 164/840**, Rel. Min. CELSO DE MELLO – **AO 662-MC/PE**, Rel. Min. CELSO DE MELLO – **AO 955-AgR/ES**, Rel. Min. ELLEN GRACIE – **AO 1.635-TA/MS**, Rel. Min. CELSO DE MELLO – **AO 1.651-TA/ES**, Rel. Min. CELSO DE MELLO – **AO 1.688/SC**, Rel. Min. DIAS TOFFOLI – **AO 1.775/DF**, Rel. Min. DIAS TOFFOLI):

> "***SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA*** *(**CF**, ART. 102, I, 'N') –* ***NORMA DE DIREITO ESTRITO – MAGISTRADOS QUE PRETENDEM*** *A PERCEPÇÃO DO ADICIONAL DE 1/3 SOBRE OS DOIS PERÍODOS ANUAIS DE FÉRIAS A QUE FAZEM JUS – VANTAGEM* ***QUE NÃO É EXCLUSIVA*** *DA MAGISTRATURA – AÇÃO AJUIZÁVEL* ***EM PRIMEIRA INSTÂNCIA*** *–* ***INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA*** *DO STF –* ***AGRAVO IMPROVIDO****.*
>
> *- **A jurisprudência** do Supremo Tribunal Federal – **tendo presente** a interpretação dada ao preceito constante do art. 102, I, '**n**', da Constituição (**RTJ** 128/475 – **RTJ** 138/3 – **RTJ** 138/11) – **firmou-se** no sentido **de não reconhecer** a competência originária desta Corte, **sempre** que a controvérsia envolver vantagens, direitos ou interesses **comuns** à magistratura **e a outras** categorias funcionais.*
>
> *- O direito reclamado – **analisado** na perspectiva do estatuto jurídico pertinente à Magistratura – **não tem** qualquer conotação de natureza corporativo-institucional (**pois é também titularizado** pelos representantes do Ministério Público **e** membros integrantes dos Tribunais de Contas) **e não se restringe**, por isso mesmo, **apenas** àqueles que estejam investidos no desempenho de cargos judiciários.*
>
> *- **Enquanto houver um único** Juiz **capaz** de decidir a causa **em primeira** instância, **não será lícito deslocar**, para o Supremo Tribunal Federal, **com apoio** no art. 102, I, '**n**', da Constituição, **a competência** para o processo e julgamento da ação promovida **pela quase** totalidade dos magistrados estaduais.*



Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 4092212.

> *- **Eventual** recurso de apelação **a ser interposto** contra a decisão do magistrado **de primeiro** grau – **que é** o órgão judiciário competente para apreciar a causa –, **deslocar-se-á**, 'per saltum', para o Supremo Tribunal Federal, **desde** que se evidencie a ocorrência de impedimento/suspeição **de mais** da metade dos Desembargadores componentes do Tribunal de Justiça do Estado. **Precedentes: AO nº 263-SC** (Questão de Ordem), Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE – **AO nº 378-SC**, Rel. Min. MAURÍCIO CORRÊA, **v.g.**"*
>
> (**RTJ 164/840**, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

**Não obstante** o precedente invocado na inicial desta reclamação (**AO 1.569-QO/DF**, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, sessão de 24/06/2010), **devo assinalar**, *por relevante*, **que o Plenário** do Supremo Tribunal Federal, *em momento posterior*, **em 01/08/2011**, *veio a reafirmar* a jurisprudência desta Corte *acima referida*, **desautorizadora** da pretensão reclamatória ora em exame, **como resulta claro** de julgamento consubstanciado em acórdão assim ementado:

> *"**RECLAMAÇÃO** – **INADMISSIBILIDADE** – FUNÇÃO CONSTITUCIONAL DO INSTRUMENTO RECLAMATÓRIO (**RTJ** 134/1033 – **RTJ** 166/785) – **AUSÊNCIA** DOS PRESSUPOSTOS **QUE AUTORIZAM** A SUA UTILIZAÇÃO – **REQUISITOS LEGITIMADORES** DA INCIDÊNCIA DO ART. 102, I, '**n**', DA CONSTITUIÇÃO – **INOCORRÊNCIA** – **INVIABILIDADE** DA ARGÜIÇÃO, EM CARÁTER GENÉRICO, DO IMPEDIMENTO E/OU SUSPEIÇÃO DE TODOS OS DESEMBARGADORES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA – **PRESSUPOSTOS INERENTES** AO IMPEDIMENTO E/OU À SUSPEIÇÃO **DEVEM** SER APRECIADOS, EM PRINCÍPIO, PELO TRIBUNAL COMPETENTE PARA O JULGAMENTO DA CAUSA – **PRECEDENTES** – **LITÍGIO** QUE, ADEMAIS, **NÃO CONCERNE** A INTERESSE ESPECÍFICO E EXCLUSIVO DA MAGISTRATURA – **EXISTÊNCIA**, NA ESPÉCIE, DE CONTROVÉRSIA **QUE ENVOLVE** VANTAGENS E DIREITOS **COMUNS** À PRÓPRIA MAGISTRATURA **E** AO MINISTÉRIO*



Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 4092212.

> *PÚBLICO – **COMUNHÃO DE INTERESSES** CUJA EXISTÊNCIA **EXCLUI** A APLICABILIDADE DA REGRA DE COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA ESPECIAL (CF, ART. 102, I, 'n') – **PRECEDENTES** – CONSEQÜENTE INEXISTÊNCIA DE SITUAÇÃO CARACTERIZADORA DE USURPAÇÃO DE COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – DECISÃO **QUE NEGA SEGUIMENTO** AO PROCESSO DE RECLAMAÇÃO – IMPUGNAÇÃO RECURSAL – **RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO***"
>
> (**Rcl 2.136-AgR/BA**, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

**Isso significa** que, **se** os interesses, direitos **ou** vantagens constituírem situações **comuns** *a outras categorias funcionais* – **como sucede**, *p. ex.*, **tratando-se** *de ajuda de custo para transporte e mudança de agente público*, **com os membros** *do Ministério Público da União* (**Lei Complementar** nº 75/93, art. 227, I, "**a**" **e** "**b**"), **com os membros** *da Defensoria Pública da União* (Lei Complementar nº 80/94, art. 39, § 2º, **na redação** dada pela Lei Complementar nº 98/99), **com os membros** *da Advocacia-Geral da União* (Lei Complementar nº 73/93, art. 26), **com os servidores públicos civis** da União (Lei nº 8.112/90, art. 53), **com os militares** *das Forças Armadas* (Medida Provisória nº 2.215-10/2001, art. 2º) –, **descaracterizar-se-á**, *em função desse estado de comunhão jurídica*, **a própria** "*ratio essendi*" **justificadora** da especial competência originária do Supremo Tribunal Federal **instituída** pela Constituição da República.

**Cabe assinalar**, *finalmente*, **que o eventual reconhecimento** da competência originária do Supremo Tribunal Federal, **com fundamento** no art. 102, I, "**n**", da Constituição da República, para processar e julgar causas cujo objeto envolva **vantagens comuns** *tanto a magistrados como a agentes públicos em geral*, **culminaria por transformar** esta Corte **em verdadeiro** "*forum attractionis*" **de múltiplas demandas** que, *na realidade*, **poderiam** (**e deveriam**) ser resolvidas pelas instâncias judiciárias de primeiro grau, *inclusive*, **a depender** do valor da causa, **pelos próprios** Juizados Especiais Cíveis, *como no caso*.



Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 4092212.

**Sendo assim**, *em face das razões expostas*, **e considerando**, *sobretudo*, **os diversos precedentes** desta Corte sobre causas em cujo âmbito se discutiram *situações de vantagens comuns* à magistratura **e** a agentes públicos em geral, **nego seguimento** à presente reclamação, **restando prejudicado**, *em consequência*, **o exame** do pedido de medida cautelar.

**Arquivem-se** os presentes autos.

Publique-se.

Brasília, 25 de junho de 2013.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator



Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 4092212.